

Cristina Kirchner e Dilma Rousseff: a política sob o fogo cruzado do lawfare e da misoginia

Renata Gonçalves* e Beatriz Munhoz Guarnieri**

Resumo:

O presente artigo busca examinar a trajetória política de duas ex-presidentas: Cristina Kirchner, que comandou a Argentina de 2007 a 2015 e foi vice-presidenta do país entre 2019 e 2023; e Dilma Rousseff, que assumiu o posto de presidenta do Brasil em 2010, sendo reeleita em 2014. Embora com trajetórias distintas, as duas saem da cena política governamental sob fortes ameaças (de agressão física, de prisão e mesmo de serem assassinadas). Kirchner e Rousseff foram atropeladas por uma nova forma de eliminar oponentes na política: o *lawfare*. Defensores dos projetos ultraneoliberais não se intimidaram em recorrer a expedientes misóginos e à violência de gênero com vistas a deslegitimá-las politicamente. Um dos resultados mais expressivos deste processo foi o avanço das forças políticas do espectro da direita e da extrema-direita em ambos os países..

Palavras-chave: Cristina Kirchner; Dilma Rousseff; *Lawfare*; Misoginia; Violência de gênero.

Cristina Kirchner and Dilma Rousseff: politics under the crossfire of lawfare and misogyny

Abstract:

This article examines the political trajectory of two former presidents: Cristina Kirchner, who led Argentina from 2007 to 2015 and was vice-president of the country between 2019 and 2023; and Dilma Rousseff, who assumed the role of president of Brazil in 2010, being re-elected in 2014. Although with different trajectories, the two leave the government political scene under strong threats (of physical aggression, imprisonment and even being murdered). Kirchner and Rousseff were overwhelmed by a new way of eliminating

* Doutora em Ciências Sociais. Docente da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista, Santos-SP, Brasil. Coordenadora do Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti. End. eletrônico: renata.goncalves25@unifesp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2470-9095>.

** Mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo, Santos-SP, Brasil. Integrante, na mesma instituição, do Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti. End. eletrônico: biamunhozg@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9526-9158>.

opponents in politics: lawfare. Defenders of ultra-neoliberal projects did not shy away from resorting to misogynistic devices and gender violence to politically delegitimize them. One of the most expressive results of this process was the advance of political forces from the right-wing and far-right spectrums in both countries.

Keywords: Cristina Kirchner; Dilma Rousseff; *Lawfare*; Misogyny; Gender violence.

Introdução

Cristina Kirchner e Dilma Rousseff são duas mulheres que ocuparam o posto máximo do governo de seus países. A primeira foi eleita Presidenta da República da Argentina em 2007 e reeleita em 2011, assumindo ainda a vice-presidência de 2019 a 2023. A segunda se tornou autoridade máxima do poder executivo da República do Brasil em 2010 e teve sua reeleição legitimada pelas urnas em 2014. Ambas foram as primeiras (e, até agora, únicas) mulheres a serem eleitas para comandar suas nações¹. O que, em se tratando da participação feminina na vida política, não é pouca coisa.

Na Argentina não é incomum encontrar mulheres politizadas tanto no campo da esquerda como no da direita, com abertura inclusive para as pautas feministas mais “delicadas” ou “moralizadas”, como foi a luta política e a aprovação da lei acerca da interrupção voluntária da gravidez (Centenera; Molina, 2020). De acordo com as pesquisadoras Ana Maria Veiga e Joana Maria Pedro, a “relevância política das mulheres foi reforçada pelo peronismo em meados do século XX, quando o governo de Juan Domingo Perón determinava 25% do espaço político argentino para elas” (2023, p. 164)². O país foi pioneiro no mundo em adotar cotas femininas para o Congresso e, em 2019, pela primeira vez na história, ocorreram eleições paritárias, com partidos políticos apresentando o mesmo número de candidaturas de homens e de mulheres (Boueri, 2019). O que não significa que foram eleitas na mesma proporção que seus colegas do sexo masculino.

As pesquisas sobre a participação das mulheres na política brasileira são menos animadoras.

No Brasil, a cultura política foi estruturada a partir das noções de ordem pública como eminentemente masculina e assentada na figura “universal” do masculino como forte, poderoso, autônomo e racional, ao passo que relega o feminino à ordem privada e afetiva, associada à família e a uma “natureza” feminina fraca, ingênua, desequilibrada. Este sistema de significados é a base da construção de um modelo masculino

¹ No caso argentino, María Estela Martínez de Perón, a Isabelita Perón, assumiu a Presidência da República, de 1974 a 1976, mas não foi eleita. Em 1973, era candidata a vice-presidenta na chapa de seu marido. Após a morte deste, tornou-se chefe da nação até ser deposta pelos militares em 1976 (Kendzierski, 2020).

² Obviamente, a ditadura militar argentina ignorou esta conquista.

de democracia e de um imaginário político de dominação patriarcal que impõe a separação e exclusão das mulheres da vida política institucional, como é o caso do debate em torno da subinclusão das mulheres nos espaços tradicionais de política (Lopez; Neto; Oliveira, 2016, p. 202).

O resultado direto e frequente desta percepção da política como uma arena masculina é a pouca presença de mulheres nos espaços de poder legislativo e executivo³. Nas eleições de 2022, por exemplo, das 513 cadeiras disponíveis para a Câmara dos Deputados, apenas 91 foram ocupadas por deputadas federais, correspondendo a 17,7% do total. A votação para as Assembleias Estaduais não foi diferente: de todos os estados da federação, apenas 190 mulheres, 18% do total, foram eleitas deputadas estaduais e distritais (Araújo; Gama, 2023). E quando examinamos o resultado das eleições para o comando dos governos das 27 unidades federativas do país, somente 02 mulheres se elegeram como governadoras (ambas do nordeste): Fátima Bezerra, reeleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para governar o estado do Rio Grande do Norte; e Raquel Lyra, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), que venceu a petista Marília Arraes para comandar o estado de Pernambuco.

Embora seja assunto para outro artigo, é preciso dizer que, mesmo com pouca presença, nos últimos anos a maioria das eleitas para o Congresso Nacional ou para as Assembleias Legislativas compõe o bloco das forças políticas de direita e de extrema-direita, isto é, estão inseridas em uma “ideologia político-partidária, majoritariamente alinhada ao projeto político neoliberal e reacionário de Jair Bolsonaro” (Silva; Chaves; Barbosa, 2023, p. 102).

Voltando ao tema central de nossa análise, a baixa presença das mulheres na política não é uma exclusividade brasileira ou argentina. Em todo o mundo, a participação feminina nesta área de poder é inferior à masculina. Uma das justificativas para esta inserção reside no “fato de as mulheres enfrentarem uma série de desafios que, comumente, não são enfrentados por homens. Ademais, por muitas vezes os partidos são mais responsivos às preferências de homens do que de mulheres em suas atuações e até mesmo em relação aos recursos distribuídos” (Fernandes; Lourenço, 2023, p. 2).

No interior deste panorama mundial, o caso brasileiro requer atenção. De acordo com os dados do último ranking de representatividade feminina em congressos, dentre os 235 países pesquisados, o Brasil ocupa a 146ª posição, ficando atrás da Arábia Saudita, que tem 19,8% dos assentos do Parlamento ocupados por mulheres (Durães, 2024). Enquanto na vizinha Argentina os índices de representação feminina no Parlamento são muito melhores: em 2022, eram 44,9%

³ Neste artigo, não abordaremos a participação das mulheres no poder judiciário, onde também há uma sub-representação. A este respeito, consultar Neto e Paes (2024).

de parlamentares mulheres; colocando a capital portenha na terceira posição do ranking (Durães, 2024). Todavia, de acordo com os dados do relatório da Equipe Latino-americana de Justiça e Gênero, é baixa a participação feminina argentina no poder executivo, com um aumento de apenas 3% entre 2010 e 2020, passando de 9,2% a 12,6% (Rivetti; Hey, 2023).

Os estudos de Ana Veiga e Joana Pedro demonstram que, mesmo onde se verifica certo protagonismo feminino na política, “ganha forma e se reitera um forte elemento antagônico – *a violência política de gênero*” (Veiga; Pedro, 2023, p. 164 – grifos nossos), compreendida como um tipo de comportamento dirigido especificamente contra as mulheres por serem mulheres, com o objetivo de levá-las a abandonar a política, pressionando-as a desistirem da candidatura ou a renunciarem de determinado cargo (Krook; Sanin, 2016, p. 130).

E, tanto na Argentina como no Brasil, a violência política de gênero atingiu seu ápice contra Cristina Kirchner e Dilma Rousseff, as duas mulheres eleitas pelo voto popular para ocuparem o mais alto cargo político de suas respectivas nações.

Cristina Kirchner e Dilma Rousseff: trajetórias de insubmissão

Ambas as presidentas são oriundas da classe média. Cristina Elisabet Fernández de Kirchner nasceu em 1953 na cidade de Tolosa, em La Plata, província de Buenos Aires, onde ela e a irmã passaram a infância e a juventude sob os cuidados de seus pais, avô e tia materna (Rivetti; Hey, 2023). Sua mãe trabalhava como secretária-geral da Asociación de Empleados de Rentas Inmobiliarias e seu pai era motorista de ônibus, se tornando depois pequeno empresário do setor de transportes. Dilma Vana Rousseff nasceu em 1947 na capital mineira, Belo Horizonte. É filha de um imigrante búlgaro que trabalhava no ramo de imóveis, e de uma professora de educação infantil. Além dela, o casal teve outros dois filhos (Amaral, 2011).

Cristina e Dilma estudaram em colégios tradicionais no ensino fundamental: respectivamente La Misericórdia de La Plata (Santos, 2022) e Nossa Senhora de Sion (Amaral, 2011). No caso de Cristina, é provável que seu interesse pela política tenha vindo mais diretamente de sua mãe, uma militante peronista em contato com as redes sindicais e políticas. Dilma, por sua vez, se inseriu na organização estudantil já no ensino médio, no Colégio Estadual Central, conhecido por ser um local onde os estudantes eram bastante engajados politicamente, participando de manifestações, discussões políticas, movimentos sociais e de grupos estudantis que defendiam a democracia e os direitos humanos (Amaral, 2011).

A presidenta argentina formou-se em Direito pela Universidade Nacional de La Plata, “onde teve seus primeiros contatos com a militância política via movimentos estudantis peronistas de esquerda. Participou da Frente de Agrupação Eva Perón (Faep), que se fundiu, posteriormente, com a Federação Universitária

pela Revolução Nacional (Furn), formando a Juventude Universitária Peronista (Jup) da Universidade de La Plata” (Rivetti; Hey, 2023, p. 37). Já a chefe de estado brasileira iniciou sua militância na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) aos dezesseis anos, passando a se incorporar ao Comando de Libertação Nacional (Colina), organização política armada de combate à ditadura militar (Amaral, 2011), que se instalou no Brasil a partir de 31 de março de 1964.

Foi no espaço de militância estudantil que, em 1974, Cristina conheceu Néstor Kirchner, também aluno do curso de direito, que se tornaria seu marido (Bellota, 2012). Dilma, por sua vez, conheceu o advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo, também durante a militância e, juntos, enfrentaram a perseguição da justiça militar. Ela teve de abandonar o curso de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais para se dedicar ao combate à ditadura, o que a levou a entrar na clandestinidade (Nascimento, 2022).

Em janeiro de 1970, Dilma foi presa e levada para o DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa), na sede da Operação Bandeirantes (Oban), em São Paulo. Posteriormente, foi transferida para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Juliana Nascimento (2022) destaca que durante sua detenção, Rousseff sofreu graves abusos e por quase três anos, de 1970 a 1972, enfrentou as severas condições de violação de direitos perpetradas pela ditadura militar: foi submetida a torturas, incluindo o pau de arara, à palmatória e choques elétricos etc. Foi condenada a seis anos e um mês de prisão e teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Apesar disso, conseguiu reduzir sua pena junto ao Superior Tribunal Militar (STM) e foi liberada no final de 1972, aos 25 anos de idade (Santos, 2022).

Cristina e Néstor se casaram seis meses após se conhecerem. Com o golpe de Estado do general Jorge Videla, em 1976, e com a crescente perseguição aos militantes de esquerda, o casal se refugiou no interior do país, juntamente com alguns companheiros de militância e mantiveram um escritório de advocacia em Río Gallegos (Kirchner, 2019). É preciso ressaltar que pouco tempo antes do golpe, o casal foi detido: “Néstor e Cristina ficaram presos por 17 dias, ele foi levado para a Seccional Primera de Policía e ela para a Seccional Tercera de Policía para Mujeres” (Santos, 2022, p. 57). Mais tarde, em seu livro de memórias, intitulado *Sinceramente*, Cristina Kirchner revelaria que sentiu muito medo durante a ditadura, em especial “medo de desaparecer ou da tortura quando vivíamos em La Plata, onde havia desaparecido e assassinado muitos companheiros de militância” (Kirchner, 2019, p. 82).

Depois de deixar a cadeia, Rousseff mudou-se, em 1973, para Porto Alegre e, no ano seguinte, passou a fazer campanha de oposição ao regime. Em 1976, nasceu Paula Rousseff Araújo, sua única filha. Matriculou-se na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e concluiu sua graduação em Ciências Econômicas no ano de 1977. Dois anos depois, recuperou seus direitos políticos graças à Lei da Anistia.

Com o marido Carlos Araújo, ajudou a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul. Trabalhou na assessoria da bancada estadual do partido entre 1980 e 1985. Em 1986, o então prefeito de Porto Alegre, Alceu Collares, a escolheu para ocupar o cargo de Secretária da Fazenda (Fragoso, 2016).

Em Río Gallegos, Cristina e Néstor Kirchner iniciam suas carreiras políticas na década de 1980. Em 1981, fundam outros companheiros o grupo político “Ateneo Teniente General Juan Domingo Perón” (Kirchner, 2019, p. 91). Pouco tempo depois, ingressam na “Frente para la Victoria Santacruceña” e passam a disputar espaços na política institucional argentina. Ele se elege prefeito de Río Gallegos, em 1987, e ela, dois anos depois, foi eleita deputada da província de Santa Cruz (Kirchner, 2019, p. 93). Em 1991, enquanto o marido se torna governador desta província, Cristina atua na Assembleia Constituinte. No ano seguinte, candidata pelo Partido Justicialista (fundado por Peron em 1940), elegeu-se senadora pela mesma região. Opondo-se às políticas neoliberais que, naquele período, foram implementadas praticamente em toda a América do Sul, Cristina passou a ser conhecida como representante do peronismo. Em 1997, renunciou ao cargo de senadora por Santa Cruz, candidatando-se e elegendo-se deputada federal.

Dilma Rousseff assumiu, em 1993, a Secretaria de Energia, Minas e Comunicação do governo do Rio Grande do Sul, sob a administração de Alceu Collares (Santos, 2022). Esse período foi marcado por sua crescente especialização em temas relacionados à energia, o que a prepararia para assumir funções de destaque no futuro. Rousseff teve uma atuação técnica significativa, trabalhando na Fundação de Economia e Estatística (FEE) no estado gaúcho e ampliando seus conhecimentos nas áreas de planejamento e infraestrutura, especialmente no setor energético (Amaral, 2011). No governo Olívio Dutra, assumiu mais uma vez a Secretaria de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul. Em 1999, migrou do PDT para o Partido dos Trabalhadores (PT).

Durante a campanha presidencial de 2002, que resultou na eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, Rousseff se destacou na elaboração do plano de governo para o setor energético e foi convidada a assumir o Ministério de Minas e Energia em 2003, cargo que ocupou até junho de 2005. Nesse período, presidiu o Conselho de Administração da Petrobrás, introduziu o biodiesel na matriz energética brasileira e criou o programa *Luz para Todos*. Em 2005 foi nomeada para a chefia da Casa Civil, encarregando-se de coordenar todas as atividades ministeriais. Como Ministra, liderou iniciativas importantes do governo Lula, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa de habitação popular *Minha Casa, Minha Vida*.

Seu desempenho na elaboração e execução de projetos estratégicos voltados para a expansão econômica e para os programas sociais consolidou sua reputação como uma figura importante na política nacional (Fragoso, 2016). E, após participar com grande visibilidade dos dois mandatos do governo Lula, ela lança, em 2009, sua candidatura à Presidência da República.

Cristina Kirchner, em 2001 foi reeleita para o Senado argentino, voltando a representar a província de Santa Cruz, permanecendo no cargo até 2005, quando assumiu novamente o posto de senadora, mas desta vez por Buenos Aires, se projetando e se consolidando nacionalmente.

Seu mandato foi marcado pela defesa de bandeiras sociais levantadas durante a militância universitária da jup, na década de 1970, em defesa da democracia. Recorreu a uma imagem de porta-vozes de uma geração que esteve presente em períodos de repressão e que levantaram bandeiras da militância juvenil montonera⁴, por meio de um discurso em defesa da democracia e da identidade latino-americana (Rivetti; Hey, 2023, p. 41).

No ano de 2007, lança sua candidatura à Presidência da República da Argentina. Em seu livro autobiográfico, a presidenta escreve que não tinha a intenção de se apresentar como candidata. Mas, ao mesmo tempo, revela que tinha dúvidas sobre o que poderia ter acontecido caso outro grupo político substituísse seu marido. Para ela, teria sido uma catástrofe, pois muitas “coisas teriam sido frustradas [...] também pensávamos na necessidade de garantir a continuidade ao longo do tempo de um processo político virtuoso de transformação do país” (Kirchner, 2019, p. 173).

Tanto Cristina Kirchner como Dilma Rousseff se propõe a dar continuidade a um projeto político que construíram junto com seus antecessores. Os programas de governo apresentados por elas ao longo das campanhas presidenciais foram validados duas vezes nas urnas. Kirchner foi eleita pela primeira vez, em 2007, com 45,29% dos votos do povo argentino⁵ (Silva, 2012) e pela segunda vez em 2011, quando se candidatou à reeleição e “logrou uma vitória com 54,11% dos votos” (Azar; Motta, 2020, p. 22). Rousseff recebeu 56,05% dos votos válidos no segundo turno das eleições em 2010; e, ao disputar a Presidência da República pela segunda vez, em 2014, recebeu 51,64% dos votos válidos no segundo turno, sendo a eleição mais disputada desde a retomada do voto pós-ditadura militar (Borba; Veiga; Martins, 2018).

As duas, antes mesmo de serem eleitas, tornaram-se alvos constantes de comentários misóginos que, além de atacarem diretamente seus corpos, colocavam em dúvidas suas capacidades intelectuais. Soma-se aos episódios de violência de gênero, uma nova ferramenta de ataque cada vez mais utilizada na América Latina: o *lanfave*, conhecido como um “mecanismo de guerra judicial, em

⁴ Organização guerrilheira peronista argentina, que surgiu nos anos de 1970 contra a ditadura civil-militar.

⁵ A diferença de mais de 10% com relação à segunda colocada deu a vitória a Cristina Kirchner ainda no primeiro turno.

que o ordenamento jurídico é manipulado de forma a causar efeitos operacionais, no mais das vezes antidemocráticos” (Azar; Motta, 2020, p. 13).

Da misoginia ao *lawfare* e vice-versa: retratos da violência de gênero

Considerando que Dilma Rousseff e Cristina Kirchner foram as primeiras mulheres a serem democraticamente eleitas pelo povo de seus respectivos países, era plausível esperar que fossem vistas como aquelas que abririam portas a outras mulheres para a política. A nova presidenta do Brasil, em seu primeiro discurso de posse, até acenou para esta direção:

Venho para abrir portas, para que *muitas outras mulheres* também possam, no futuro, ser Presidentas e para que, no dia de hoje, *todas as mulheres brasileiras* sintam o orgulho e a *alegria de ser mulher*. Não venho para enaltecer a minha biografia, mas para *glorificar a vida de cada mulher brasileira*. Meu compromisso supremo, reitero, *é honrar as mulheres*, proteger os mais frágeis e governar para todos (Rousseff, 2011, s.p. – grifos nossos).

A chegada de Dilma Rousseff ao mais alto posto do executivo, parecia cindir a cultura marcadamente machista e patriarcal do país. Como escreveu Fernanda Argolo Dantas, “a eleição de uma mulher para tão prestigiada posição política revestia-se de grande potencial simbólico” (2019, p. 24). Fato que não foi ignorado pela própria presidenta em seu discurso de posse: “Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher. Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão” (Rousseff, 2011, s.p.).

Cristina Kirchner, por sua vez, no discurso de posse de seu primeiro mandado, enfatizou que estava absolutamente convencida de que a tarefa à frente da Presidência da República lhe seria mais difícil pelo fato de ser mulher e de que, por este mesmo motivo, exigiriam muito mais dela (Kirchner, 2007).

As duas presidentas tiveram saldos bastante positivos em seus respectivos primeiro mandato. De acordo com pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), em março de 2013, penúltimo ano do comando de Dilma Rousseff, 63% do povo brasileiro aprovavam seu governo. O desempenho era ainda melhor no que diz respeito à sua aprovação pessoal, isto é, à sua forma de governar (Campanerut, 2013). A aprovação de Cristina Kirchner, por sua vez, se comprova nas urnas: se ela obteve 45,29% dos votos para o primeiro mandato; para a sua reeleição conquistou, 54,11% de eleitores/as para permanecer à frente da Presidência da Argentina.

No entanto, algo na cena política mudou ou, melhor, se acentuou.

Igor Fuser (2018) chama a atenção para o fato de que na América do Sul um conjunto de governos se destacou no cenário internacional por desafiar as orientações políticas e econômicas do centro do sistema capitalista mundial. Para o autor, esse período, foi marcado pela “busca de melhoria das condições de vida das maiorias desfavorecidas, de maior autonomia no cenário internacional e da retomada de ideais desenvolvimentistas [que] passou a dar a tônica para as políticas públicas e para a inserção externa de um grupo de países” (Fuser, 2018, p. 79), dentre os quais Brasil e Argentina. Segundo o autor, muitas destas experiências políticas latino-americanas foram encerradas por meio de golpes jurídico-parlamentares e considera ainda que:

[...] os governos progressistas remanescentes se veem sob forte assédio dos seus opositores internos e de um poderoso opositor externo, o governo dos EUA. Em todos esses países, as alianças antiesquerdistas apresentam a mesma configuração social: a elite do Poder Judiciário, os grandes grupos empresariais de mídia, as principais organizações patronais, segmentos importantes das classes média e média-alta (o que garante a presença de manifestantes nas ruas em número suficiente para dar a esse movimento uma dimensão de massas) e os religiosos conservadores, tudo isso com o apoio das autoridades e de aparatos privados estadunidenses. Os métodos de ação são semelhantes: o uso intensivo do escândalo político, as denúncias sem provas, a desconstrução gradativa da legitimidade do governo pela exploração midiática de todas as brechas possíveis. Não se discutem projetos de longo alcance ou concepções ideológicas; a avaliação dos resultados das ações estatais raramente aparece. A agenda pública é intoxicada por notícias falsas, rumores, preconceitos, pela reciclagem dos velhos clichês ideológicos da Guerra Fria (Fuser, 2018, p.79-80).

Fuser sinaliza que “a existência simultânea de vários governos de esquerda e de centro-esquerda na América Latina apresenta um significado histórico extraordinário” (Fuser, 2018, p. 82). De um lado, identifica um desafio explícito à hegemonia dos Estados Unidos.

Eis que, na contramão do discurso hegemônico do ‘fim da história’, em meio ao avanço da globalização neoliberal impulsionada a partir de Washington e de Wall Street, países latino-americanos que juntos representam a maior parte do território e da população desta parte do mundo declaram superada a Doutrina Monroe e anunciam a disposição de orientar sua conduta internacional com base em critérios de independência e soberania (Fuser, 2018, p. 83).

E, de outro lado, o autor situa, no plano interno, a velha classe dominante – ou, nos termos de Conceição Evaristo (2017), os *brancos-donos de tudo* – herdeira do colonialismo, promotora do trabalho análogo à escravidão, que se vê diante de uma nova configuração de forças em que corre o risco de perder as rédeas do poder. Nesta direção, não foi obra do acaso que os governos progressistas tenham obtido “apoio amplamente majoritário nas faixas sociais de renda mais baixa, em contraste com a rejeição e com índices menores de apoio entre os eleitores das camadas sociais privilegiadas” (Fuser, 2018, p. 83). Também não é fruto do acaso a postura hostil que os meios de comunicação hegemônicos adotam nesses países contra as lideranças eleitas, assim como contra “suas respectivas organizações partidárias, situadas à esquerda do espectro político” (Fuser, 2018, p. 83).

Ao mesmo tempo, o autor constata que em todos estes países com governos progressistas, “os atores políticos situados no campo conservador deixaram claro seu inconformismo com o novo estado de coisas e se mobilizaram para debilitar os governantes de esquerda ou centro-esquerda, seja com o uso sistemático dos meios de comunicação para apresentá-los de modo negativo, seja com o recurso de meios ilegais para afastá-los do poder” (Fuser, 2018, p. 83).

Nos casos de Cristina Kirchner e de Dilma Rousseff estes meios foram adotados, mas vieram atrelados a outro: a violência de gênero na política. Como mencionamos no início deste artigo, com o apoio dos estudos de Mona Krook e Juliana Sanin (2016), atribuímos à violência de gênero na política as formas específicas dirigidas contra as mulheres pelo fato de serem mulheres, com vistas a fazer com que abandonem seus cargos ou desistam de suas candidaturas.

Segundo as autoras, existe uma ampla variedade de violência de gênero na política que, no interior do vasto campo das manifestações físicas, psicológicas e sexuais, incluem a violência doméstica, o assédio midiático, a difamação e a calúnia, o controle econômico, a vitimização de familiares etc. A partir do diálogo com Gabrielle Bardall (2011), as autoras observam um tipo de violência contra mulheres que ocorre durante as eleições, “que inclui intimidação social ou familiar em espaços privados, discursos sexistas, assédio para intimidar candidatas e ativistas mulheres, assim como ataques verbais contra mulheres políticas para diminuir sua credibilidade e questionar suas capacidades para a política pelo fato de serem mulheres” (Krook; Sanin, 2016, p. 138).

Essa violência não é interrompida quando as mulheres são eleitas, ela se mantém e a maneira mais frequente de atacá-las é:

[...] por meio do uso de estereótipos de gênero, enfocando seus corpos e os papéis tradicionais, principalmente como mães e esposas, que negam ou prejudicam suas competências na esfera política. Usando imagens ou estereótipos de gênero para atacar oponentes do sexo feminino, faz com que as ações se tornem num caso de violência contra as mulheres na política,

uma vez que sugere que as mulheres não pertencem à política (Krook; Sanin, 2016, p. 139).

A este respeito, é emblemático o episódio de uma entrevista que Cristina Kirchner concedeu a Oliver Stone para o documentário *South of the border*. A presidenta argentina, junto a outros presidentes de governos de esquerda da América do Sul, “foi questionada sobre questões políticas, sociais e econômicas pertinentes ao seu país e à região. No entanto, apenas para ela, a única mulher entrevistada, se dirigiram perguntas relativas ao seu modo de vestir e à sua aparência física” (Rivetti; Hey, 2023, p. 47). Ao longo de todo o seu governo, a forma como se vestia, as marcas de roupas e sapatos, a quantidade, os valores etc. foram associados à imagem da presidenta. Segundo as autoras, mesmo tendo diminuído os saltos, “sua imagem pública continuou sendo fortemente ligada a atributos de feminilidade, como os sapatos de salto alto” (Rivetti; Hey, 2023, p. 47).

As autoras enfatizam a forma sexualizada e objetificada pela qual Cristina Kirchner é retratada com o objetivo de desqualificar sua autoridade política. O exemplo mais absurdo são duas capas da revista *Noticias*, de circulação nacional, publicadas em 2012 e 2013:



À esquerda, capa de 2013, ‘La reina está desnuda’;
À direita, capa de 2012, ‘El Gocé de Cristina’ (Rivetti; Hey, 2023, p. 48).

Nestas imagens, a presidenta “é objeto de uma deslegitimação simbólica por meio da sujeição a traços sexualizados como único atributo” (Rivetti; Hey, 2023, p. 48). São estereótipos que, além de deslegitimarem quem ocupa um espaço na

política, também interferem na forma como outras mulheres percebem suas possibilidades e competências para atuarem na vida pública (Biroli, 2010; 2018). Portanto, há “também o propósito de intimidar a outras mulheres políticas, dissuadir outras mulheres que poderiam considerar uma carreira política e, pior ainda, comunicar à sociedade em geral que as mulheres não deveriam participar [da política]” (Krook; Sanin, 2016, p. 139).

Dilma Rousseff também foi frequentemente exposta à deslegitimação na política. A este respeito, Fernanda Argolo Dantas (2019), observou que na “campanha eleitoral brasileira em 2010, todas as alterações no visual da então candidata Dilma Rousseff foram repercutidas nos mínimos detalhes pela imprensa brasileira, desde as pequenas cirurgias estéticas até o tom exato da coloração de cabelos utilizado por Rousseff” (2019, p. 106). Os questionamentos sobre a saúde da presidenta brasileira também surgiram na cena política quando ainda era pré-candidata em 2009, ao dar início a um tratamento contra um câncer. Este tema volta em 2011, após a posse, quando uma revista divulga uma “reportagem com o prontuário médico da presidenta e os medicamentos que ela tomava” (Dantas, 2019, p. 106); e, em 2016, quando a imprensa questiona “sua sanidade mental, com especulações sobre o uso de remédios psiquiátricos pela presidenta” (Dantas, 2019, p. 106).

Ao longo de sua trajetória na presidência da República do Brasil, a violência de gênero permeou a disputa pela permanência do *establishment*. Logo no anúncio de sua candidatura, Rousseff passou a ser chamada de “poste de Lula”, subentendo que quem, na verdade, governaria seria o ex-presidente, desconsiderando toda a trajetória de liderança política de Dilma Rousseff. Os meios de comunicação passaram a caracterizá-la como “uma mulher centralizadora, enérgica e inflexível” (Dantas, 2019, p. 117). A presidenta passa a ser apresentada como “fora do lugar”: de um lado, sem habilidades pessoais ou vontade de governar e, de outro, é considerada como perigosa e autoritária (Araújo, 2018). Em ambos os casos, o que predomina é a sua desqualificação.

Na cerimônia de posse de seu primeiro mandato, a presidenta subiu a rampa do Palácio do Planalto acompanhada de sua filha, Paula Rousseff. Estávamos, como observaram Linda Rubim e Fernanda Argolo (2018), diante de “um fato novo, inaugurador na história dessa cerimônia no Brasil. A magnitude simbólica daquele *double* de mulheres à frente do desfile presidencial, sem dúvida estabelecia um fato jornalístico de primeira ordem” (Rubim; Argolo, 2028, p. 13). As manchetes dos jornais, porém, preferiram destacar a “beleza da vice-primeiradama”. Mais uma vez se impunha a objetificação do corpo feminino em detrimento do dado jornalístico que, afinal, era o fato de, pela primeira vez, uma mulher assumir a Presidência da República.

E não tardou para que, além das manchetes, as imagens propriamente ditas apresentassem os estereótipos de gênero, reforçando a ideia de “incompetência

política”, de “loucura”, de “solidão”. Fernanda Argolo Dantas (2019) analisou 139 capas e 186 reportagens que vão do início do segundo mandato da presidenta Rousseff até a semana do julgamento final do processo de impeachment pelo Senado Federal, em 31 de agosto de 2016, com fotomontagens e caricaturas que ironizam ou satirizam a governante. Em todas elas, há o nítido propósito de construir uma imagem de uma presidenta sem sanidade mental, solitária e envolvida em um forte esquema de corrupção.



As duas imagens acima são fotomontagens. Na edição da revista *Isto É*, à esquerda, intitulada “As explosões nervosas da presidente”, Dilma Rousseff é retratada como “fora de si” e como “mais agressiva do que nunca”, tendo de recorrer a medicamentos psiquiátricos (Dantas, 2019). A imagem à direita, publicada em 2015 pela revista *Veja*, é uma sobreposição de imagens de Dilma e do fogo da pira olímpica, mas aqui há uma nítida associação da presidenta à mulher diabólica. Também é uma simbologia que remete à “incineração das mulheres consideradas bruxas pelo Tribunal da Inquisição” (Dantas, 2019, p. 2023).

Os ataques contra Cristina Kirchner e Dilma Rousseff guardam muita similaridade, em especial no tratamento que recebem dos meios de comunicação, que ressaltam a “solidão política”, o “autoritarismo histórico” de ambas e, sobretudo, a “inaptidão” de cada uma delas para lidar com os pares. A ênfase à falta de jogo de cintura da presidenta brasileira para dialogar com o Congresso Nacional foi repetido ao longo de todo o processo que culminou em sua destituição da Presidência da República. A mesma acusação Cristina Kirchner recebeu da opinião pública na Argentina, segundo a qual sua falta de jogo de cintura para resolver conflitos teria sido o estopim para as manifestações urbanas (Dantas, 2019).

Todavia, o crime de responsabilidade que a presidenta brasileira supostamente teria cometido não era fator fundamental para seu afastamento. O crime imputado a Dilma Rousseff não pode ser sustentado de maneira irrefutável e indubitável (Benevides; Passos; Silva, 2017). Dois fatores foram decisivos para o impedimento da presidenta: no plano internacional, a possibilidade da extração do pré-sal despertou interesses dos Estados Unidos; e as políticas sociais promovidas pelos governos petistas passaram a incomodar as forças econômicas internas (Azar; Motta, 2020).

Nos dois casos, o brasileiro e o argentino, houve uma perseguição judicial de duas mulheres que assumiram a presidência. Em ambas as situações, a violência de gênero deu respaldo ao *lanfare* contra as duas. No Brasil, o *lanfare* contou com a atuação dos magistrados da operação Lava Jato (Rousseff, 2021); cujo juiz se envolveu diretamente na produção de escândalos políticos em torno da presidenta, demonstrando as “inconstitucionalidades e ilegalidades que se vem perpetrando em função de objetivos políticos” (Azar; Motta, p. 17). A situação de Cristina Kirchner não foi tão diferente. Ela mesma declarou em seu livro autobiográfico o quanto as capas da revista *Notícias* foram misóginas e extremamente violentas (Kirchner, 2009) e, ao mesmo tempo em que a objetificava, também cumpria majestosamente o papel de deslegitimar o seu governo.

Cristina Kirchner sofreu uma perseguição judicial desde o fim de seu primeiro mandato, quando “se viu acusada por diversos motivos (supostas irregularidades em seu patrimônio, evasão de impostos, negociações incompatíveis com a função pública, enriquecimento ilícito, entre outros)” (Azar; Motta, 2020, p. 23-24). As autoras observam que a mandatária afastada, no entanto, saiu vencedora, e os processos judiciais foram arquivados ou encerrados. Outras acusações foram retomadas mais tarde e enfraqueceram ainda mais o seu governo. A derrota nas eleições de 2015 abriu caminho novamente para o assédio judicial.

À guisa de conclusão

O que fica evidente no Brasil e na Argentina é o quanto a misoginia, como expressão mais virulenta da violência de gênero na política, foi fundamental para a desestabilização não apenas dos dois governos, mas de todo um programa mais alinhado com os direitos sociais. Os estereótipos de “loucas”, “solitárias”, “inábeis”, “autoritárias”, “histéricas” etc. aos poucos subsidiaram o *lanfare*.

A derrubada do governo Dilma Rousseff ou o enfraquecimento do governo de Cristina Kirchner abriram caminho tanto para a imposição de uma agenda político-econômica que, antes, dificilmente teria vencido nas urnas, como para o avanço de um espectro ideológico de extrema direita, hoje, capaz de aprovar as políticas mais insanas.

Fica cada vez mais evidente que a conspiração que levou ao golpe no Brasil ou à instabilidade na Argentina é fruto de manipulação de informações pelos meios de comunicação, representantes diretos de um projeto político bem distante dos interesses da classe trabalhadora, em geral, e apartado de um projeto que prima pela ampliação da participação política das mulheres, sobretudo as trabalhadoras, com vistas a romper com as barreiras impostas pelos estereótipos de gênero que, por sua vez, servem para legitimar a exploração capitalista de classe.

Referências

- AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.
- ARAÚJO, Gabriela Shizue Soares de; GAMA, Marina de Mello. Breve balanço das eleições de 2022 para as mulheres: a violência política de gênero venceu! *Migalhas*, 27 jan. 2023. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/380736/breve-balanco-das-eleicoes-de-2022-para-as-mulheres> Acesso em: 13 fev. 2024.
- ARAÚJO, Clara. Incongruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação: o golpe contra Dilma Rousseff. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Orgs.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018, p. 33-50.
- AZAR, Indiana Rocío; MOTTA, Luiza Tavares da. Violência de gênero e Lawfare: uma análise dos casos Dilma Rousseff e Cristina Fernández de Kirchner. *Revista Instituto Política por • de • para Mulheres*, Curitiba, vol. 1, n. 1, p. 11-32, 2020.
- BARDALL, Gabrielle. *Breaking the Mold: Understanding Gender and Electoral Violence*. Washington, D.C.: Ifes, 2011.
- BELLOTTA, Araceli. *Eva y Cristina: la razón de sus vidas*. Buenos Aires: Vergara, 2012.
- BENEVIDES, Silvio César; PASSOS, Ana Quele da Silva; SILVA, Maurício Ferreira da. Impeachment ou golpe? Análise do processo de destituição de Dilma Rousseff e dos desdobramentos para a democracia brasileira. In: *9º Congresso Latino-Americano de Ciência Política*, 26 a 28 jul, Montevidéu: Alacip, 2017. Disponível em: <http://www.congresoalacip2017.org>. Acesso em 12 abr. 2024.
- BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Orgs.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018, p. 75-84.
- _____. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Brasília, vol. 90, p. 45-69, 2010.

BORBA, Felipe; VEIGA, Luciana Fernandes; MARTINS, Flávia Bozza. Os condicionantes da aceitação e da rejeição à propaganda negativa na eleição presidencial de 2014. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 25, p. 205-236, 2018.

BOUERI, Aline Gatto. Pioneira no mundo em adotar cotas femininas para o Congresso, Argentina terá eleições com paridade de gênero daqui a um mês. *Gênero e Número*, 11 jul. 2019. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/paridade-genero-cotas-argentina/> Acesso em 30 mar. 2024.

CAMPANERUT, Camila. Dilma é aprovada por 79% e supera Lula e FHC, diz CNI/Ibope. *UOL-Política*, 19 mar. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm> Acesso em: 15 abr. 2024.

CENTENERA, Mar; MOLINA, Federico Rivas. Argentina legaliza o aborto e se põe na vanguarda dos direitos sociais na América Latina. *El País*, Buenos Aires, 29 dez. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-12-29/votacao-historica-no-senado-de-projeto-para-legalizar-aborto-na-argentina.html> Acesso em 30 mar. 2024.

DANTAS, Fernanda Argolo. *Dilma Rousseff, uma mulher fora do lugar*: as narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

DURÃES, Uesley. Brasil fica atrás de Arábia Saudita em representação feminina no Parlamento. *Uol*, cotidiano, 09 abr. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/04/09/representatividade-feminina-parlamentos-nacionais-levantamento.htm> Acesso em 10 abr. 2024.

EVARISTO, Conceição. Vozes-Mulheres. In: *Poemas de recordação e outros momentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2017, p. 24-25.

FERNANDES, Camilla; LOURENÇO, Marianne Lemos. Lugar de mulher é... na política: reflexões sobre micro e macroagressões de identidades. *Revista de Administração Contemporânea*, vol. 27, n. 5, e220252, 2023.

FRAGOSO, Roberto. Relembre a trajetória política de Dilma Rousseff. *Rádio Senado*, Brasília, 31 ago. 2016.

FREITAS, Renata Dal Sasso. A história segundo Cristina Kirchner. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 39, n. 80, e23219, 2023.

FUSER, Igor. América Latina: progressismo, retrocesso e resistência. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, vol. 42, n. Especial 3, p. 78-89, 2018.

KENDZERSKI, Nádia Cristiane Coelho da Silva. ‘*Sé que muchos piensan que, porque soy una mujer, no puedo llevar el timón...*’: as visões antagônicas sobre Isabel Perón através da imprensa partidária peronista (1973-1976). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas, 2020.

KIRCHNER, Cristina Fernández de. *Sinceramente*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sudamericana, 2019.

_____. Discurso de la Presidenta Cristina Fernández de Kirchner en la Asamblea Legislativa. *Casa Rosada Presidencia*, 10 dez. 2007. Disponível em: <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/archivo/16462-blank-35472369>. Acesso em 02 mai. 2024.

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. Género y violencia política en América Latina: Conceptos, debates y soluciones. *Política y gobierno*, vol. 23, n. 1, p. 127-162, 2016.

LOPEZ, Caetana Caceres; NETO, Francisco Alfredo Braun; OLIVEIRA, Ana Claudia Delfini C. de. Cotas Eleitorais: a participação das mulheres na política argentina e brasileira. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, vol. 29, n. 2, p. 199-221, 2016.

NASCIMENTO, Juliana Marques do. *Guerrilheiras*: Memórias da Ditadura e Militância feminina. São Paulo: Alameda, 2022.

NETO, Manoel Gustavo Silva Santana; PAES, Ademilson Batista. A importância da representatividade feminina no poder judiciário brasileiro. *Revista Contemporânea*, Caruaru, vol. 4, n. 6, p. 1-19, 2024.

RIVETTI, Jéssica Mayara de Melo; HEY, Ana Paula. Mulheres políticas: estratégias de legitimidade e recursos mobilizados por Cristina Kirchner. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 35, n. 3, p. 33-57, 2023.

ROUSSEFF, Dilma. A misoginia e a manipulação da mídia. In: D’ÁVILA, Manuela (Org.). *Sempre foi sobre nós*. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021.

_____. *Discurso na cerimônia de posse*. Senado Federal. Palácio do Planalto, Brasília, 01. Jan. 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/01/integra-do-discurso-da-presidente-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse>. Acesso em 19 abr. 2024.

RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. ‘Precisamos falar de gênero. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Orgs.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018, p. 07-22.

SANTOS, Adriana Silvestrini. *Presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner: enquadramentos de gênero e política nas imagens e manchetes nas capas dos jornais Folha de S. Paulo e Clarín*. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Universidade Estadual de Campinas, 2022.

SILVA, Mayra Goulart da; CHAVES, Vanilda; BARBOSA, Laura. Mulheres eleitas e capital político familiar na Câmara dos Deputados: uma análise da 56ª legislatura (2019-2023). *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 38, n. 1, p. 95-124, 2023.

SILVA, Vera Lucia Correa da. O estilo K na política externa argentina e o governo de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011). *Meridiano 47*, Brasília, vol. 13, n. 129, p. 17-27, 2012.

VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Pedro. Mulheres argentinas na política: protagonismo e violência de gênero nos olhares de Dora Barrancos e Fernanda Gil Lozano. *Caminhos da História*, Montes Claros, vol. 28, n. 2, p. 162-178, 2023.